



# BUSINESS & HUMAN RIGHTS



<https://multimedia.europarl.europa.eu>

GUARDIÃO DA DEMOCRACIA

[www.cddmoz.org](http://www.cddmoz.org)

Sexta - feira, 07 de Março de 2025 | Ano VI, n.º 27 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

NEGÓCIOS E DIREITOS HUMANOS EM CABO DELGADO

## Grafite, direitos e responsabilidades: equilibrando interesses empresariais e comunitários

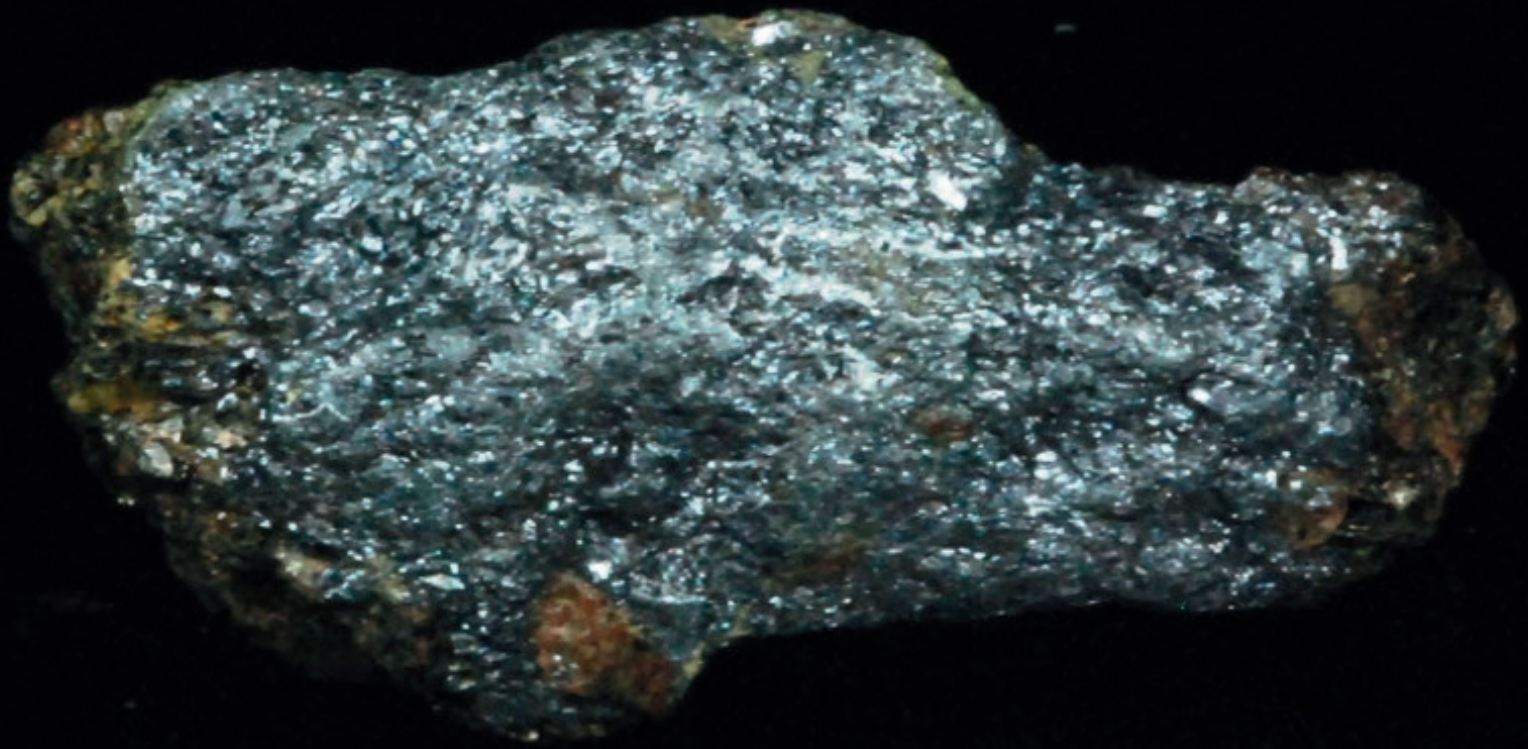


### Introdução

Cabo Delgado, no norte de Moçambique, abriga uma das maiores reservas de grafite do mundo, localizada no distrito de Balama. Este mineral, essencial para a produção de baterias de lítio utilizadas em veículos eléctricos, tem atraído a atenção de grandes empresas multinacionais, especialmente devido à crescente demanda global por carros eléc-

tricos. A Syrah Resources, uma multinacional australiana, é uma das principais exploradoras desse recurso, com contratos estabelecidos com gigantes da indústria automotiva, como Tesla e Lucid Motors.

Embora o grafite de Balama desempenhe um papel estratégico nas cadeias de produção dessas empresas, as comunidades locais, que vivem



**É evidente que os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos não estão sendo respeitados em Cabo Delgado. O dever de proteger, respeitar e reparar tem sido sistematicamente ignorado, enquanto o direito ao desenvolvimento tem sido deixado de lado a favor dos lucros corporativos e das exportações internacionais.**



nas áreas afectadas pela mineração, continuam a enfrentar condições de vida precárias, sem receber benefícios substanciais da riqueza gerada. Essa realidade levanta questões críticas sobre o impacto social e económico da extracção mineral, especialmente em uma província já sobrecarregada por conflitos e desafios socioeconómicos.

Este documento visa analisar, sob a perspectiva

dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGPs), o papel do grafite de Balama na indústria automotiva global, os contratos internacionais envolvendo grandes empresas e as implicações para as comunidades locais, destacando a necessidade urgente de políticas de desenvolvimento mais inclusivas e sustentáveis.

## Os Contratos Internacionais e o Papel do Grafite de Balama na Indústria Automotiva Global

O grafite de Balama é um recurso de grande importância estratégica para a indústria automotiva global, especialmente com o avanço da mobilidade eléctrica. A extracção desse grafite tem atraído o interesse de grandes empresas internacionais, em particular a australiana Syrah Resources que, por meio da sua subsidiária Twigg Exploration & Mining, Lda, extrai o mineral para abastecer mercados globais. Utilizado principalmente na produção de baterias de íons de lítio, esse recurso tornou-se essencial para a fabricação de veículos eléctricos, cujas vendas e demanda mundial continuam crescendo exponencialmente.

A Syrah Resources garantiu contratos significativos com grandes *players* do sector automotivo, incluindo Tesla e Lucid Motors, duas das principais fabricantes de veículos eléctricos do mundo. A empresa anunciou um acordo de três anos com a Lucid Motors para o fornecimento de grafite natural para a produção de baterias a partir de 2026. Esses acordos envolvem o fornecimento de grafite extraído de Balama, especialmente para a fábrica da Syrah em Vidalia, Louisiana, nos Estados Unidos, onde o mineral é processado para ser utilizado em baterias de veículos eléctricos. Estima-se que a produção de grafite em Balama atinja 7.000 toneladas anuais de material de ânodo activo, um componente essencial das baterias de lítio, atendendo à crescente demanda do sector automotivo.

Esse papel estratégico de Balama no fornecimento de grafite não só posiciona Moçambique como um actor-chave no mercado mineral glob-

al, mas também reforça a relevância do país na revolução energética em curso, impulsionada pelos veículos eléctricos e soluções de energia sustentável.

Embora esses contratos destaquem a crescente importância do grafite de Balama no cenário global, também revelam o seu impacto directo no desenvolvimento de indústrias automotivas de ponta, como a Tesla, que domina o mercado de veículos eléctricos, e a Lucid Motors, conhecida por seus veículos de luxo e alta eficiência energética. As previsões de produção em Balama, que abastecem fábricas como a de Vidalia, evidenciam o papel fundamental do grafite moçambicano no avanço das tecnologias de baterias e na transição para uma economia de baixo carbono. A crescente demanda por esse mineral estratégico coloca Moçambique entre os principais fornecedores do mundo, posicionando Balama como um elo essencial na cadeia global de suprimentos de matérias-primas para o sector de veículos eléctricos.

Em Novembro de 2023, a Syrah Resources garantiu um financiamento de 150 milhões de dólares da Development Finance Corporation (DFC), uma instituição financeira de desenvolvimento do governo dos Estados Unidos. O primeiro desembolso, no valor de 53 milhões de dólares, foi realizado no final de 2023<sup>1</sup>. A empresa comprometeu-se a aderir aos mais altos padrões de responsabilidade ambiental, social e de governança (ESG) nos Estados Unidos, incluindo o cumprimento rigoroso das normas de direitos humanos.

<sup>1</sup> <https://www.oeconomico.com/mocambique-na-cadeia-global-de-veiculos-electricos-grafite-de-balama-sera-utilizada-pela-lucid-motors-a-partir-de-2026/>

No entanto, a realidade no terreno em Moçambique, especialmente em Balama, é bem diferente. As comunidades locais enfrentam condições de trabalho precárias, com frequentes denúncias de abusos de direitos humanos, incluindo violações de direitos trabalhistas, como baixos salários, dispari-

dades salariais entre trabalhadores locais e estrangeiros, e a negação de benefícios como férias anuais.

Essas discrepâncias expõem uma contradição gritante entre os compromissos corporativos de responsabilidade assumidos no exterior e a dura realidade da extracção no local<sup>2</sup>.

## A expulsão de trabalhadores e as violações dos direitos laborais: um catalisador para o descontentamento

As operações da Syrah em Balama têm sido frequentemente interrompidas devido a vários factores, incluindo ataques terroristas nas proximidades da mina, condições de trabalho insustentáveis e desalinhamento entre a produção e a demanda do mercado. Em 2022, uma greve de trabalhadores exigindo melhores condições de trabalho – incluindo aumentos salariais e reconhecimento das qualificações profissionais – levou à suspensão temporária das actividades de mineração<sup>3</sup>. Além disso, a empresa enfrenta dificuldades financeiras, incluindo inadimplência em empréstimos financiados pelo governo dos EUA.

A demissão ilegal de 23 trabalhadores locais pela Twigg Exploration & Mining, Lda, subsidiária da australiana Syrah Resources, após uma greve legítima em 2022, expôs graves violações dos direitos trabalhistas e um flagrante desrespeito pelas comunidades locais, que são os verdadeiros detentores dos recursos extraídos. A greve foi motivada pelas más condições de trabalho, baixos salários e enormes desigualdades nos benefícios entre trabalhadores locais e não locais. Em vez de negociar de forma justa, a empresa optou por demitir trabalhadores sem compensação ou devido processo, exacerbando as tensões dentro da comunidade local e alimentando um profundo clima de desconfiança<sup>4</sup>.

A postura autoritária da empresa – expulsando trabalhadores sem garantir seus direitos – não só piorou o seu relacionamento com os fun-

cionários, mas também minou sua credibilidade entre as comunidades locais, que agora veem a empresa como indiferente ao seu bem-estar.

Essa atitude contradiz os compromissos declarados da Syrah Resources com os direitos humanos e a responsabilidade social corporativa, especialmente quando se consideram os altos padrões que a empresa afirma seguir em outras partes do mundo, como sua unidade de Louisiana, nos Estados Unidos<sup>5</sup>. A Syrah não pode alegar que adota práticas justas de trabalho no exterior enquanto trata os trabalhadores moçambicanos com desigualdade e desrespeito. Se essa lacuna entre discurso e prática não for urgentemente abordada, resultará em danos irreparáveis à reputação da empresa e em conflitos ainda mais intensos com as comunidades locais, que se sentem marginalizadas pela extracção dos seus recursos naturais sem benefícios tangíveis.

Para evitar uma escalada ainda maior do conflito, a Syrah Resources deve imediatamente adoptar uma abordagem mais responsável e garantir os direitos dos trabalhadores, reconhecendo que as comunidades locais desempenham um papel crucial na sustentabilidade das suas operações. Ao continuar a demitir trabalhadores e ignorar as necessidades da comunidade, a empresa perpetua a exclusão social e alimenta ciclos de agitação e radicalização, especialmente entre os jovens marginalizados.

<sup>2</sup> <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Financiadores-internacionais-ignoram-situacao-de-direitos-humanos-em-Cabo-Delgado.pdf>

<sup>3</sup> <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Excesso-de-producao-de-grafite-em-Balama-leva-a-suspensao-da-producao-da-Syrah-Resources.pdf>

<sup>4</sup> <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Subsidiaria-da-australiana-Syrah-Resources-expulsa-ilegalmente-23-trabalhadores-naturais-de-Cabo-Delgado-apos-greve-de-2022.pdf>

<sup>5</sup> <https://cddmoz.org/wp-content/uploads/2020/07/Financiadores-internacionais-ignoram-situacao-de-direitos-humanos-em-Cabo-Delgado.pdf>

## A necessidade de fabricação de baterias em moçambique para criar empregos para a juventude: um desafio ignorado

Apesar da imensa riqueza em recursos naturais de Cabo Delgado, particularmente o grafite de Balama, a maior parte dos lucros provenientes da extracção desses recursos permanece nas mãos de empresas estrangeiras, deixando as comunidades locais marginalizadas e sem benefícios económicos significativos. Isso evidencia uma exploração desigual e irresponsável dos recursos naturais em um país que enfrenta desafios sociais e económicos severos. O governo moçambicano já não pode mais ignorar essa questão – é necessária uma estratégia mais eficaz para garantir que a riqueza gerada beneficie as populações locais.

Para ilustrar a escala da extracção de recursos em Moçambique: em 2020, o país produziu 120.000 toneladas de grafite, mas esse número caiu para 77.116 toneladas em 2021. Em 2022, a produção recuperou-se para 182.024 toneladas, seguida por 117.416 toneladas em 2023<sup>6</sup>.

O presidente Daniel Chapo, ao assumir o cargo, comprometeu-se a pôr fim à “era da exploração irresponsável dos recursos”. No entanto, para que essa promessa se concretize, são necessárias acções concretas e directas. Uma indústria local que processe recursos minerais, como o grafite, é essencial para melhorar as condições de vida das comunidades directamente afectadas pela extracção. Sem políticas claras que garantam que a exploração beneficie directamente a população de Cabo Delgado, o risco de ampliação da desigualdade social e do descontentamento público é alto – podendo até alimentar a radicalização e o extremismo.

Cabo Delgado é um exemplo claro de como a falta de oportunidades de emprego pode impulsionar a instabilidade social e a insegurança. Desde 2017, a província tem sido alvo de ataques de grupos armados, muitos dos quais recrutam jovens desempregados que, sem oportunidades económicas, se tornam vulneráveis a ideologias extremistas. Sem empregos e acesso a uma educação de qualidade, muitos jovens procuram meios alternativos de sobrevivência, incluindo a adesão a grupos militantes que oferecem um sentido de pertencimento e propósito. Para combater a violência e o extremismo, é urgente

criar oportunidades de emprego locais e desenvolver uma economia sustentável que priorize a população local – especialmente os jovens.

Uma das maiores oportunidades perdidas por Moçambique é a ausência de uma indústria local para processar o grafite extraído em Cabo Delgado, em vez de exportá-lo na sua forma bruta. O estabelecimento de fábricas de processamento e instalações para a fabricação de baterias dentro do país não apenas criaria empregos directos e indirectos para os jovens, mas também impulsionaria o desenvolvimento económico da província. Investir em uma cadeia de valor nacional permitiria que as comunidades locais usufríssem da riqueza gerada, representando uma transformação significativa na trajectória de desenvolvimento do país.

A ausência dessa infraestrutura industrial significa que os lucros da mineração continuam a ser drenados para fora de Moçambique, enquanto as comunidades locais permanecem excluídas da sua justa parcela da riqueza gerada nas suas terras.

Ao cumprir a sua promessa de exploração responsável dos recursos, o governo moçambicano tem a oportunidade não apenas de melhorar a economia nacional, mas também de garantir estabilidade e segurança a longo prazo. Cabo Delgado não pode continuar sendo apenas um centro de extracção de recursos para corporações multinacionais. Criar uma indústria local que processe e agregue valor a esses recursos – gerando empregos e oportunidades económicas para os jovens – é a chave para um futuro mais equilibrado e sustentável.

As empresas que operam em Moçambique, como a Syrah Resources, devem assumir a responsabilidade económica e social pelo bem-estar das comunidades locais. Não basta que essas empresas prometam padrões éticos e responsabilidade corporativa no exterior – como nos Estados Unidos – se esses compromissos não forem cumpridos nas áreas onde o grafite é extraído.

Os jovens de Cabo Delgado merecem mais do que promessas vazias – eles têm o direito de ver as suas vidas melhoradas por meio do uso responsável e equitativo dos recursos da sua terra.

<sup>6</sup> <https://www.oeconomico.com/mocambique-na-cadeia-global-de-veiculos-electricos-grafite-de-balama-sera-utilizada-pela-lucid-motors-a-partir-de-2026/>

# Oportunidades para Alinhar os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos com o Direito ao Desenvolvimento das Comunidades Locais

Uma análise da extracção de grafite em Balama, Cabo Delgado, à luz dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGPs), revela múltiplas violações desses princípios, tanto por parte do Estado quanto das empresas envolvidas no processo de extracção.

## Falha na Protecção: Negligência do Estado (Pilar 1)

O governo moçambicano falhou em proteger os direitos das comunidades locais ao não implementar regulamentações eficazes nem garantir a supervisão adequada da extracção de recursos naturais. Em vez de assegurar que as empresas operem de forma a beneficiar as populações locais, as autoridades têm permitido demissões forçadas de trabalhadores e exploração de recursos sem garantir benefícios directos para as comunidades afectadas. Essa falta de intervenção do Estado configura uma clara falha no cumprimento do “Dever do Estado de Proteger” (Pilar 1) dos UNGPs.

## Falha no Respeito: Negligência Corporativa (Pilar 2)

As empresas que operam em Balama, particularmente a Syrah Resources, não têm cumprido a sua responsabilidade de respeitar os direitos humanos. Apesar dos seus compromissos internacionais com a responsabilidade social corporativa (CSR), falharam em garantir que as suas operações mineradoras beneficiem as comunidades locais.

- **Falta de Iniciativas de Desenvolvimento Local:** Não foram feitos esforços significativos para criar empregos, desenvolver habilidades ou investir em infraestrutura local que melhoraria directamente as condições de vida das populações afectadas.
- **Más Condições de Trabalho e Demissões Forçadas:** Trabalhadores têm sido submetidos a condições precárias e inseguras, enquanto demissões em massa ocorrem sem compensação justa ou medidas de reintegração.

- 
- **Desrespeito aos Trabalhadores, Salários Injustos e Falta de Benefícios:** Há uma clara disparidade no tratamento entre trabalhadores locais e estrangeiros, reflectindo uma violação dos direitos fundamentais do trabalho.

Esse descaso com práticas empresariais éticas contradiz os compromissos corporativos de empresas como a Syrah Resources, que prometem seguir padrões de Governança Ambiental, Social e Corporativa (ESG) em outras regiões, como nos Estados Unidos. No entanto, a sua falha em implementar os mesmos padrões em Moçambique expõe um duplo padrão evidente na sua abordagem aos direitos humanos.

## Falha na Reparação: Ausência de Compensação para Violações (Pilar 3)

Segundo o terceiro pilar dos UNGPs, as empresas são obrigadas a fornecer mecanismos eficazes de reparação para qualquer dano causado aos direitos humanos ou ao meio ambiente. No entanto:

- Trabalhadores demitidos injustamente não foram compensados, nem houve esforços para tratar das suas reclamações.
- As comunidades locais continuam a sofrer os efeitos negativos da mineração sem nenhum investimento significativo em infraestrutura, saúde ou educação.
- Não existem mecanismos claros de responsabilização que garantam que as empresas reparem os danos causados.

Essa falta de responsabilidade corporativa demonstra que nem o governo nem as empresas estão tomando medidas adequadas para abordar violações de direitos humanos ou corrigir injustiças sistémicas decorrentes da extracção de recursos.

O Direito ao Desenvolvimento: Uma Prioridade Negligenciada

O grafite extraído de Cabo Delgado é exportado principalmente para mercados internacionais, impedindo Moçambique de capitalizar

plenamente os seus próprios recursos naturais para criar empregos locais e industrializar sua economia.

**Nenhum Investimento no Processamento Local:** Não há iniciativas para estabelecer fábricas de produção de baterias no país, apesar da importância estratégica do grafite na indústria global de veículos eléctricos.

**Exploração de Recursos sem Benefícios para a Comunidade:** A ausência de políticas que promovam a valorização local do recurso tem levado ao aumento das tensões sociais, especialmente numa província já assolada por conflitos armados e desafios socioeconómicos.

O direito ao desenvolvimento de Cabo Delgado está sendo violado, pois nem o governo nem as corporações estão investindo em políticas inclusivas e sustentáveis que empoderem as populações afectadas.

- Nenhum programa significativo de criação de empregos para os jovens.
- Nenhuma iniciativa de formação profissional para que os locais possam participar de sectores industriais de maior valor agregado.
- Nenhum desenvolvimento de infraestrutura para garantir que as receitas da mineração beneficiem as comunidades locais.

## Conclusão: Necessidade Urgente de Mudança Sistémica

É evidente que os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos não estão sendo respeitados em Cabo Delgado. O dever de proteger, respeitar e reparar tem sido sistematicamente ignorado, enquanto o direito ao desenvolvimento tem sido deixado de lado a favor dos lucros corporativos e das exportações internacionais.

Para corrigir essas violações, tanto o Estado quanto as empresas, devem tomar medidas concretas para:

- Garantir que as comunidades locais recebam a sua parte justa dos benefícios da ex-

tracção de recursos.

- Responsabilizar as empresas por violações dos direitos trabalhistas.
- Implementar políticas que priorizem a agregação de valor local, assegurando que os recursos naturais de Moçambique contribuam para o seu desenvolvimento de longo prazo.

Sem reformas imediatas, a extracção de recursos em Balama continuará a alimentar a desigualdade social, a exclusão económica e potenciais conflitos, em vez de servir como um motor de crescimento sustentável e inclusivo.



***Construindo uma sociedade democrática que promove, protege e respeita os Direitos Humanos.***

***Building a democratic society that promotes, protects, respect human rights & transform people's lives.***

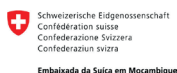
#### INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** André Mulungo  
**Autor:** Abdul Tavares  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** [info@cddmoz.org](mailto:info@cddmoz.org)  
**Website:** <http://www.cddmoz.org>

#### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

